



"DOIS BENEDITOS: AFRICANOS EM TRÂNSITO ENTRE SALVADOR E RIO DE JANEIRO NAS ÚLTIMAS DÉCADAS DO SÉCULO XIX"

Gabriela dos Reis Sampaio¹

(Trabalho em andamento, favor não citar)

Nesta apresentação pretendo discutir o caso de dois africanos libertos que fizeram, nos anos de 1870 e 1880, uma quantidade bastante significativa de viagens entre Salvador e Rio de Janeiro, alegando que realizavam as viagens para tratar de negócios. Localizados inicialmente em passaportes, juntamente com outros viajantes africanos que faziam estas rotas, seus rastros foram também encontrados em inventários, testamentos e documentos de alfândega.

Antes, porém, de apresentar o caso, eu gostaria de situar este trabalho dentro de minha pesquisa mais ampla. O título mais geral do meu projeto, que já desenvolvo há algum tempo, é “Negócios interprovinciais: histórias de vida de trabalhadores em trânsito entre Salvador e Rio de Janeiro nas últimas décadas do século XIX”; ele começou motivado pela questão do ir e vir de libertos ligados ao candomblé.

Passou por uma análise da “Pequena África”, tia Ciata e outras tias baianas, revelando, junto com a bibliografia mais recente, a relatividade do papel central das tias baianas na organização desta região central do Rio de Janeiro, já que havia muitos outros grupos sociais morando e disputando espaços, trabalho e respeito naquela região. Além disso, já foi provado que o número de “baianos” ou escravos provenientes da Bahia no tráfico interprovincial é reduzido, se comparado a outras províncias do nordeste, e que poucos baianos de fato foram para a cidade do Rio. Procurei mostrar tudo isso num artigo já publicado, mostrando que africanos nagôs na Bahia viravam “minas” no Rio; ou simplesmente baianos, ainda que nem viessem da Bahia. Minha conclusão naquele momento foi que as identidades são fluídas e dinâmicas, são leituras feitas posteriormente que dão outros sentidos ao que se passava no Brasil das últimas décadas do século XIX.

Neste ponto eu volto para a minha pesquisa para tentar ser mais precisa nessa questão da construção das identidades, e volto aos estudos de caso ou histórias de vida, por acreditar que só chegando em indivíduos concretos e suas experiências podemos dizer algo palpável sobre o

¹ Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia.



passado. Suas histórias podem não ser quantitativamente ou estatisticamente relevantes para pensar num significado ou teoria geral da presença africana no Brasil. Mas podem ajudar a elucidar alguns aspectos importantes dessa presença, e nos ajudar a entender melhor a construção da cidadania dos descendentes de escravos no país e as desigualdades que nós até hoje lutamos para combater.

Nesta apresentação vou discorrer sobre fragmentos de experiências (“história de vida” seria algo bem maior) de alguns trabalhadores muito específicos, que passaram a ser o centro da minha pesquisa nos últimos anos em Salvador: alguns africanos libertos.

Estes sujeitos começaram a aparecer na minha frente quando comecei a pesquisar os passaportes de viajantes saindo e chegando na cidade de Salvador. São quase todos (pois alguns não declaram, mas são bem poucos) de origem da Costa (referência à Costa dos escravos), ou Lagos, ou ainda nagôs. Viajam com muita frequência ao Rio, e de volta para SSA. Alguns viajam de Sergipe ou de Pernambuco para Salvador, mas não são maioria.

São homens, têm mais de 40 anos. Algumas mulheres também viajam junto com eles.

Os dois escolhidos para serem apresentados aqui têm, coincidentemente, o mesmo nome: Benedito. Um deles, Benedito Vianna, viajava a cada 3 semanas em alguns momentos, no período compreendido entre 1870 e 1880.

O outro, Benedito Cardoso, tinha moradia no Rio, para onde levou inclusive duas escravas. Vinha para a Bahia uma ou duas vezes por ano, e voltava para o Rio.

Passo agora a apresentá-los:

Primeiro: **Benedito Lopes Viana**

Benedito Lopes Viana nasceu em 1834. Não sei exatamente quando chegou ao Brasil, mas em 1852 aparece apadrinhando uma crioula, já como liberto:

“Africano liberto, morador da Conceição, é padrinho de Maria crioula c/ 3 meses, filha de Damiana africana, escrava de Francisco de Assis Souza, solteiro”.

Benedito Viana era morador da freguesia da Conceição da Praia, onde se batizou, uma área de concentração de muitos escravos e libertos. A madrinha do batismo foi “Felicidade, crioula escrava do mesmo Assis”.

Em 1860, como africano liberto, viaja para África no iate português Águia. (Outro passageiro que embarcou com ele foi o crioulo livre Antonio Custodio das Chagas). O Águia,



embarcação portuguesa que fazia viagens para a Costa da Mina, foi, entre 1852 e 1855, propriedade de dois sócios portugueses: Antonio Vieira da Silva (dono de um africano chamado Joaquim Vieira da Silva) e Manoel Duran Lopes Viana. Não seria mera coincidência que Benedito tivesse o mesmo sobrenome de um dos donos do Águia. Este não era um nome comum, e provavelmente ele adotou o nome de seu antigo senhor quando se tornou liberto, prática bastante comum naquela época.

Investigando um pouco mais, ficamos sabendo que Joaquim Vieira da Silva foi um dos personagens lendários do famoso candomblé da Casa Branca. Joaquim era conhecido como Oba Saniá, ou Tio Joaquim. Talvez tivesse conhecido Benedito na década de 1850, quando ambos eram escravos dos sócios portugueses. Poderiam ter feito viagens com seus senhores, e aprendido a trabalhar como marinheiros.

Mesmo sem saber os tortuosos caminhos Benedito percorreu, sabemos que em 1852 ele já era liberto, e que em 1860 viajou para a África no Águia, desta vez por sua própria conta, já que a embarcação não era mais de seu antigo senhor.

É Possível que Benedito Lopes Viana tivesse juntado algum dinheiro e se estabelecido em Lagos, pois em 1864 é lá que o encontramos, recebendo uma “Crown Land Grant” (nota).

Mesmo estabelecido com uma terra em Lagos, Benedito Lopes volta ao Brasil, comercializando produtos entre as duas costas. Sabemos disso porque em outubro de 1875, na Bahia, ele tira passaporte para a costa da África. Já no ano seguinte, em novembro de 1876, Benedito volta de Lagos para a Bahia. Ele chega no patacho Alfredo, com passaporte inglês e mercadorias para vender, especialmente pano da costa. (Mostrar documento alfândega), que era muito valorizado na Bahia (e também no Rio e outras partes do Brasil) entre os africanos e seus descendentes.

Mais uma informação relevante, que será retomada adiante: na mesma embarcação em que Benedito volta de Lagos, o patacho Alfredo, também viajam, com passaporte inglês, dois africanos que teriam papéis muito importantes no candomblé da Bahia (e, depois, o Rio de Janeiro): Eliseu do Bonfim e Justa Marcelina da Silva. Com eles viajava também Francisca da Silva, filha de Justa, que foi escrava de Marcelina da Silva, importante líder da Casa Branca. A viagem levou 66 dias.

Voltando a Benedito, em 06/11/1880, quatro anos após ter retornado ao Brasil, ele embarca para o Rio de Janeiro no vapor Gisonde (Rio da Prata com escalas). No mesmo navio estava o passageiro Eliseu do Bonfim.



A partir daí, as viagens de Benedito Lopes Viana para o Rio de Janeiro se tornam muito mais freqüentes. Ele embarca para o Rio em 05/01/1882, e faz a mesma viagem novamente em 7 de maio, 8 de julho, 13 de agosto, 7 de novembro e 12 de dezembro. Sempre alegando serem suas viagens de negócios, Benedito mantém, nos anos seguintes, o ritmo nas viagens ao Rio, certamente comercializando panos da Costa (84 panos da Costa em 1886):

em 1883: 7/01; 8/4; 8/7; 06/08; 06/11;

em 1884: 27/1; 29/2; 9/8; 8/11;

em 1885: 8/4; 3/6; 6/8; 5/11; 8/12;

em 1886: 6/1; 8/2 (chega em 26/2); 8/3; 5/4; 7/5; 15/8; 6/9; 6/12;

em 1887: 28/5; 19/4 (chega do Rio); 27/6; 6/7; 29/8; 5/9; 6/10; 2/11; 3/12;

em 1888: 25/2; 12/5; 30/6; 5/7; 8/8; 15/10; 26/11

Em 1889 Benedito faz sua derradeira viagem ao Rio: pede passaporte em 10/5. Um mês depois, em 10/6, ele morre em Salvador, aos 55 anos de idade.

Neste período de intensas viagens de Benedito, além do comércio de panos da Costa, diversas outras atividades aconteciam no mundo do Candomblé, religião que já estava em pleno funcionamento na Bahia.

Em 27/6/1885 morre Marcelina da Silva (herdeira de Iyá Nassô, fundadora do candomblé da Barroquinha ou Casa Branca do Engenho Velho). Marcelina era casada com Miguel Vieira da Silva, e era mãe biológica de Maria Madalena da Silva. Marcelina da Silva, esta importante e famosa líder religiosa, iniciou Aninha, que fundou o *Ilê Axé Opô Afonjá* no Rio em 1895.

Segundo relatos de importantes membros do candomblé, Aninha teria ido ao Rio bem antes desta data oficial de fundação de sua casa: em 1886, teria feito uma visita de reconhecimento, junto com Bamboxê e Oba Saniá. Se o leitor não se lembra mais quem era Oba Saniá, este era o nome de santo de Joaquim Vieira, antigo escravo de um dos donos do Águia, por onde andou nosso Benedito. Joaquim Vieira tinha uma roça no Rio Vermelho e segundo Agenor Miranda da Rocha, Aninha funda o Opô Afonjá em 1895 com Bamboxê e Tio Joaquim/Oba Saniá:

“Mãe Aninha (foi iniciada por Marcelina da Silva), já em 1885, segundo diz o povo, esteve no Rio pela primeira vez, acompanhada de tio Joaquim e Rodolfo Bamboxê, ficando na Pedra do Sal, também na Saúde”. (Agenor Miranda da Rocha).



Ao editar uma correspondência da fundadora do Opô Afonjá, Luis Nicolau Parés informa que, na viagem à Capital Federal, em 1886, Mãe Aninha, Bamboxê e Oba Saniá “acharam uma casa com um assentamento de Xangô Afonjá na Pedra do Sal (...). Ela limpou o local e deixou alguém tomando conta, voltando logo os três para Salvador”. O *Ilê Axé Opô Afonjá* foi fundado no Rio de Janeiro em 1895 e em SSA em 1910.²

Na mesma época, Benedito fazia inúmeras viagens ao Rio, e inclusive viaja da África para a Bahia em companhia de Eliseu do Bonfim, importante figura do mesmo candomblé. Eram conhecidos, trabalhavam juntos? Não tenho ainda evidências definitivas destas ligações. Impossível, porém, negar que se conheciam.

Benedito Viana deixou um testamento, em que se afirmava católico:

“Em nome da Santíssima Trindade, Padre, Filho e Espírito Santo em que eu, Benedito Lopes Viana, africano liberto firmemente creio desde que me batizei na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição desta capital da Bahia, e em cuja fé protesto viver e morrer, faço o presente testamento para ser cumprido como nele se contém por ser esta minha derradeira vontade.”

Nada havia, porém, de contraditório nesta declaração da fé católica. Ao contrário, era muito comum que os membros do candomblé também fossem batizados naquela fé, e que assim o declarassem em seus testamentos.

Benedito declarou, ainda, ter 48 anos de idade em 1882, ter “vivido no estado de solteiro em que me encontro”, “não ter descendentes nem ascendentes que conheça”. Por isso, institui por herdeiros de seus bens seu irmão (Tibério Moncorvo), e Maria Teixeira da Conceição, ambos africanos libertos. Para Maria Teixeira deixou duas partes de seus bens,; para seu irmão, uma parte. Pede que seja rezada por sua alma uma missa de sétimo dia, e dali por diante o que mais quiserem e puderem os seus herdeiros.

Ainda sabemos pouco sobre a vida de um africano liberto em Salvador e no Rio de Janeiro, mas já sabemos algumas coisas, a partir do trabalho de diversos pesquisadores. João Reis narrou,

² PARES, Luiz Nicolau. Nota 6 do texto de apresentação. In: TOBIOBÁ, João Batista dos Santos. 21 cartas e um telegrama de Mãe Aninha a suas filhas Agripina e Filhinha, 1935-1937. *Afro-Ásia*, Salvador, UFBA, v. 36, 2007. p. 268.



recentemente, vários detalhes deste universo africano em Salvador ao contar a história de Domingos Sodré, um sacerdote nagô que vivia na Bahia nesta época. Sabemos que havia pouquíssimas oportunidades de trabalho para africanos libertos no Brasil – não se tornavam cidadãos como os crioulos, mas estrangeiros sem direitos. Não podiam adquirir bens de raiz por grande parte do século XIX. Não podiam ter empregos públicos. Eram suspeitos em qualquer ajuntamento, e podiam ser expulsos do país, acusados de subversão. As leis eram ainda mais severas na Bahia, onde diversas revoltas africanas aconteceram – a Revolta dos Malês foi a mais famosa delas, mas não foi a única (nota). O engajamento no comércio de produtos da África, como panos, azeite, sementes, bem como produtos rituais, se tornava, assim, uma possibilidade de subsistência para africanos libertos, ainda mais se pensarmos que já haviam tido a experiência como marinheiros quando ainda eram escravos. Há que se destacar, também, que muitos deles adquiriam escravos, fosse para ajudá-los nas tarefas do comércio, ou mesmo como uma forma de investimento.

Segundo caso: **Benedito Cardoso**

O segundo Benedito de que trato nasceu em 1824, e se tornou liberto em março de 1856. O sobrenome Cardoso veio de seu ex-senhor – grande importador “José Cardoso Silva e cia”, branco, de quem encontrei vários registros de entrada de mercadorias na Alfândega.

Benedito realizou inúmeras viagens entre o Rio e a Bahia entre as décadas de 1860 e 1880. Comercializava, entre outros produtos, panos da Costa e azeite de dendê. (Chega no mesmo navio que Augusto José Cardoso).

O primeiro pedido de passaporte que encontrei de Benedito Cardoso data de 3 de novembro de 1864. Ele fez a mesma viagem de Salvador para o Rio em 13/5/1865, em 1866 (21/2, 9/5 e 6/12) e em 1867 (15/4 e 27/7).

Em 1873 Benedito Cardoso compra a escrava Ignez, africana, solteira, 48 anos, do serviço doméstico. Em 09/07/1874, pede passaporte para a Costa da África.

Não sei ao certo quanto tempo ele permanece na Costa, mas em 20/01/1875 uma escrava sua, Elisa, africana de 50 anos, morre de febres, o que nos leva a crer que Benedito estivesse na cidade então.



Em 17/01/1876 Benedito Cardoso vai para o Rio no vapor francês *Equateur* levando 60 kg de ‘colas da Costa’ (alfândega, despacho de importação).

Alguns meses depois, em 26/7/1876, Benedito compra a escrava crioula Zeferina, com idade de 30 anos, solteira, do serviço da lavoura e natural da província da Bahia, por 600 mil réis.

Em 1877 encontramos novamente Benedito partindo em viagem ao Rio:

“Benedito Cardoso, africano liberto, tendo satisfeito o despacho de V.S^a como prova com o documento junto; vem pedir a V.S^a que se digne mandar passar os respectivos passaportes de suas duas escravas, de nome Ignez africana e Zeferina crioula, que leva em sua companhia para o Rio de Janeiro”.

Benedito Cardoso pede que se passe termo da fiança prestada na Repartição, por certidão, para poder levar em sua companhia para o Rio de Janeiro suas duas escravas de nome Zeferina, crioula, e Ignez, africana.

Benedito alega, naquela ocasião, que Ignez e Zeferina residiam com ele “naquela capital” (Rio de Janeiro), na **rua dos Príncipes dos Cajueiros n. 158**

Benedito realiza diversas outras viagens de SSA ao Rio, listadas abaixo:

27/01/1882: Embarca para o Rio de Janeiro no vapor Tarques (Santos com escala pelo RJ); 27/10;

1883: 18/4; 1884: 19/2; 6/5; 24/9; 1885: 3/12; 1886: 3/11; 1887: 19/4; 9/11

Encontrei seu inventário, feito em 1892. Ele morre em 1894, aos 70 anos, de febres. É enterrado no cemitério da Quinta. Declarou ser solteiro, e ter deixado uma herdeira: Henriqueta do Coração de Maria.

Ela herda o valor de 1 conto 376 mil 486 réis mais duas casas, uma no Pelourinho (rua Maciel de Baixo) no valor de 3:000\$000, e outra na Freguesia de Santana (rua da Poeira) no valor de 2:500\$000:

“Tenho uma filha natural de nome Henriqueta do Coração de Maria havida de minha primeira testamenteira de nome Francisca de Aguiar, mulher solteira, a qual minha filha já perfilhei por escritura pública e ratifico esta sua perfilhação neste meu testamento. Deixo o meu terceiro testamenteiro a quantia de cem mil réis livre de selo, pois quero que receba essa quantia integralmente Depois de cumpridas as minhas disposições, instituo por herdeira do remanescente de minha terça a minha primeira testamenteira Francisca de Aguiar”.

Benedito, um africano liberto, com carta de alforria datada de 1856, vivendo com Francisca de Aguiar e deixando uma filha, morre deixando ao menos algum patrimônio- pouco, é claro, mas



dada a sua história e condição, é algo a ser destacado. Ainda era pobre, mas deixou algum dinheiro e propriedades.

Tinha ligação com outros africanos, também de sobrenome Cardoso, os quais possuíam terras em Lagos, como Benedito Viana.

Declarou ser católico, mas também tinha ligação com figuras importantes do Candomblé.

Interessante notar que o endereço que ele forneceu como local de moradia no Rio, a rua dos Cajueiros, também era um local conhecido de moradia de africanos minas, ou “baianos”, perto de terreiros de candomblé e casas de prostituição.

É importante lembrar que estes africanos aqui apresentados, assim como vários outros que venho pesquisando, eram todos libertos no momento em que os analiso: não estamos mais falando da luta de africanos ilegalmente escravizados por liberdade, nem de um grupo de africanos livres transferidos (do Arsenal de Marinha da) Bahia para o Rio de Janeiro para tentar aliviar sua pressão pela emancipação e de romper os vínculos que eles haviam criado em Salvador, como para "removê-los do teatro dos seus vícios", como mostraram Sidney Chalhoub (em *Visões*) e Beatriz Mamigonian (nota). O raciocínio era procedente, já que os nagôs representavam a maioria entre os escravos e libertos em 1849 (João Reis).

Os africanos que aqui apresento já conseguiram a liberdade, e o que eu procuro analisar é o que fazem com essa liberdade – como sobrevivem, o que é importante para eles, onde querem ficar, como vivem, quem são depois de tantas idas e vindas. Muitos africanos livres alegavam que voltariam para a África se conseguissem a emancipação (como foi o caso de Felix, africano livre mina retratado por Mamigonian). Faziam isso de fato? Se sim, o que significava essa “volta” – ficavam na África, voltavam, iam e voltavam?

Bem, aí surgem as principais perguntas: por que viajavam tanto? O que levavam?

Apresento, então, algumas possibilidades de respostas para estas perguntas:

1) Eram marinheiros.

Como registrou B. Mamigonian, ao narrar a história de africanos nagôs levados da Bahia para trabalhar em uma fábrica em SP, o diretor do lugar “detectou a dificuldade deles em se adaptar e antecipou no seu relatório do início de fevereiro de 1849 que os recém-chegados ‘morosa e dificilmente se poderão ajeitar e acomodar com o serviço do estabelecimento”, atribuindo a



dificuldade ao fato de ‘serem quase todos marinheiros, exigentes e mal-acostumados’” (nota).

2) Documentos alfândega mostram que comercializavam panos da costa e nozes de cola. (obi e orobô). Isso deveria ser um negócio muito interessante no Rio de Janeiro, já que havia tão poucas oportunidades de trabalho e sobrevivência para estes africanos.

O Rio, talvez, fosse um mercado mais atraente para estes africanos que viviam na Bahia – não em termos de mais gente/africanos para comprar os produtos, mas talvez maior possibilidade de circulação, menor visibilidade, já que havia estrangeiros, outros africanos, mais gente, mais esconderijos. Mas isso também traz dificuldades, maior competição. Então deveria haver algum nicho especial, algum atrativo para que insistissem nesse comércio. Talvez não fossem tão óbvios na cidade do Rio como aqui em Salvador. Ou talvez fossem menos perseguidos. Com certeza já havia uma população freqüentadora de candomblés, clientes preferenciais para os produtos que vendiam. Muito provavelmente eram ambulantes, não vendiam seus panos e produtos em armazéns - já deviam ter sua clientela certa, bem ali na rua dos Cajueiros.

3) Não acredito que era só uma questão de ganhar mais dinheiro, pois certamente o gasto das viagens era alto. Viajar é cansativo, devia ser ainda mais naqueles tempos e condições. Não eram mais jovens. Podiam ter família e amigos no Rio, mas suas mulheres e filhos viviam e SSA. Acho que podemos pensar então nos significados de liberdade para um ex-escravo no Brasil desse contexto.

4) Significado do trabalho, ou o que faz um trabalhador urbano. Escravo de ganho, livre, liberto muitas vezes fazem a mesma coisa. Um livre pode não ganhar salário, e muitas vezes não ganhava mesmo. Salário não é a marca fundamental de diferença entre estes trabalhadores. Voltamos aqui, então, para os significados da liberdade. Que neste contexto tem muito a ver com mobilidade, possibilidades de ir e vir. Viajar de navio era possível em função experiência adquirida antes da liberdade. Negociar produtos também. Nestas viagens poderiam ter algum controle de seu tempo. Seria esta atividade melhor que o trabalho urbano de ganho? Certamente era melhor do que as realizadas por africanos escravizados, que tinham as piores tarefas, especialmente no porto,



encarregados do trabalho mais pesado. Sabemos que tarefas de escravos ou libertos domésticos não eram passadas para africanos.

5) As relações estabelecidas nas viagens poderiam trazer algum prestígio para estes africanos libertos. Ligação com casas de culto explicaria muito deste vai e vem, porque sabemos que não foi um jeito de acumular dinheiro – os dois morreram bem pobres.

A historiadora Kristin Mann analisou com cuidado a importância da religião (candomblé, catolicismo, islã) para a reconstrução de identidades africanas dos dois lados do Atlântico (pg.12 - nota) enquanto laços econômicos declinavam.

6) Em relação ao sonho de volta para a África, também podemos pensar que, apesar das terras adquiridas em Lagos, havia muita dificuldade em se estabelecer de volta. Manuela Carneiro da Cunha discute longamente estas questões (nota). Seria melhor viver no Rio? Talvez ficar na Bahia mesmo? Podemos lembrar do alufá Rufino, que morre em PE, local em que escolheu viver, depois de tantas idas e vindas. O que nos traz de volta à questão da mobilidade e controle do tempo como definidores da liberdade – mesmo com o eminente risco da reescravização. Não é à toa que estes libertos viajavam sempre com a carta de alforria.

7) Fecho a apresentação pensando no Candomblé como grande articulador e socializador destes africanos. A religião ajudava a dar sentido à experiência de vida neste mundo – marcava um lugar social, onde se construíam redes, solidariedade, ajuda nas doenças e na morte. Havia uma questão prática, mas também de fundo “africano”, ao se pensar a religião como central para entender o mundo e nele se colocar, como recurso para lidar com problemas, e dando sentido, inclusive, ao “trabalho” – escolha da atividade, rendosa mas também ligada ao que se gosta de fazer. Vale citar uma descrição de cerimônias de candomblé regadas a obi e orobô, talvez comprados nas mãos de um de nossos Beneditos:

“Quando chegamos, a sala estava enfeitada. Em derredor sentavam-se muitos negros e negras mastigando olobô, ou cola amargosa, com as roupas lavadas e as faces reluzentes. A um canto, os músicos, fisionomias estranhas, faziam soar, com sacolejos compassados, o xequerê, os atabaques e ubatás, com movimentos de braços desvairadamente regulares. Não se respirava bem. (...) Olhei o célebre pai-de-santo, cujas filhas são sem conta. Estava sentado à porta da camarinha”. (João do Rio, *As religiões do Rio* (1904). Rio de Janeiro: José Olympio, 2006. p.44-45)



Se os primeiros baianos que foram parar no Rio eram vítimas do tráfico, outros que os seguem são libertos – podem ter ido atrás dos parentes ou amigos ou pais-de-santo, envolvendo-se com algumas “filhas”, aprendendo a tocar atabaques, criando enfim novas redes, e até preferindo ficar por lá. Não é possível saber o motivo exato que leva uma pessoa a se fixar numa nova cidade. Nos casos aqui citados, porém, eles voltam para morrer “entre os seus”, para usar a expressão de Inês (M. Inês Cortes de Oliveira) – não na África, mas na Bahia.